

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2021 - 2025

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Aprovada pelo Conselho Deliberativo na 3ª Reunião Ordinária, em 29/12/2020

Fortaleza, dezembro de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
I. INTRODUÇÃO	3
II. SOBRE A ENTIDADE	3
III. SOBRE O PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	4
IV. GOVERNANÇA.....	4
V. DESIGNAÇÃO DO AETQ E DO ARGR	5
VI. DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES	6
VII. CENÁRIO MACROECONÔMICO	6
VIII. TÓPICOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	7
VIII.1 Alocação de Recursos e Limites por Segmento.....	8
VIII.2 Meta de rentabilidade por plano e segmento de aplicação.....	11
VIII.3 Rentabilidade Auferida por Plano e Segmento	12
VIII.4 Taxa mínima atuarial ou índices de referência	12
VIII.5 Objetivos para Utilização de Derivativos	12
VIII.6 Princípios de Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança.....	13
VIII.7 Apreçamento dos Ativos Financeiros	13
VIII.8 Avaliação dos Riscos de Investimento	13
VIII.9 Seleção, Acompanhamento e Avaliação de Prestadores de Serviços	14
VIII.10 Observância da Resolução CMN nº 4.661, de 2018	15
VIII.11 Operações em Ativos Financeiros Ligados a Patrocinador.....	15
VIII.12 Investimentos em Carteira Própria	15
VIII.13 Separação de Responsabilidades	15
VIII.14 Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesse	16
VIII.15 Ética.....	16
IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17

I. INTRODUÇÃO

A Política de Investimentos tem por objetivo fundamentar e nortear o processo de tomada de decisão referente aos investimentos dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assim como dos recursos destinados à administração da Entidade, em condições de segurança, solvência, rentabilidade, liquidez e transparência, observados os segmentos, modalidades, limites e demais critérios e requisitos estabelecidos na legislação vigente, pertinentes a cada objetivo, em especial à Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Instrução PREVIC Nº 06, de 14 de novembro de 2018.

Nesse contexto, a Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-Prevcom), enquanto gestora do regime de previdência complementar estadual, estabelece a Política de Investimentos do seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), referente ao exercício de 2021, com horizonte para o período de 2021 a 2025.

II. SOBRE A ENTIDADE

A CE-Prevcom é uma entidade fundacional de natureza pública, constituída com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag do Estado do Ceará.

Os marcos legais para criação e funcionamento da CE-Prevcom foram:

- a) a Lei Complementar nº 123/2013, que instituiu o regime de previdência complementar do Estado do Ceará;
- b) a Lei Complementar nº 185/2018, que autorizou a criação da CE-Prevcom;
- c) o Decreto nº 33.194/2019, que definiu a estrutura da Fundação;
- d) o Decreto nº 33.299/2019, com redação dada pelo Decreto Nº 33.564/2020, que definiu o Estatuto da CE-Prevcom; e
- e) a Portaria PREVIC nº 119/2020, que aprovou o Estatuto da CE-Prevcom.

Cumprе salientar que o exercício de 2021 será o primeiro ano de efetivo funcionamento da CE-Prevcom, ainda em fase inicial de estruturação. Logo, observada a legislação vigente, os processos da área de investimentos deverão ser implementados ao longo do ano, de acordo com as diretrizes apresentadas nesta Política de Investimentos e observado o início de operação de plano de benefícios e a evolução da entrada de participantes.

A presente Política poderá ser revista, caso necessário.

III. SOBRE O PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da EFPC, na forma do seu regulamento, no que diz respeito às receitas e despesas decorrentes da administração de seus planos de benefícios e aquelas inerentes à administração dos investimentos.

Tendo em vista a fase inicial de funcionamento da CE-Prevcom, suas receitas administrativas, notadamente aquelas oriundas de taxa de carregamento aplicável sobre as contribuições de participante e de patrocinador, serão inferiores às suas despesas administrativas. Essa condição deverá ser observada durante os primeiros anos de funcionamento da Fundação, até que seja atingido um número de participantes suficientes para custear sua estrutura administrativa, como ocorre em todas as Entidades de mesma natureza, em estágio inicial.

Nesse contexto, para início de funcionamento da CE-Prevcom e cobertura de suas despesas administrativas, o Governo do Estado do Ceará, por meio do Poder Executivo, enquanto patrocinador da Fundação, está legalmente responsável por promover, em 2020, um aporte inicial no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a título de adiantamento de contribuição patronal, que poderá ser suplementado em até 25%, conforme previsto no art. 21 da Lei Complementar nº 185/2018.

Ainda de acordo o art. 21-A da Lei Complementar nº 185/2018, com redação dada pela Lei Complementar nº 227/2020, estão previstos aportes adicionais do Poder Executivo em 2021 e 2022 que totalizam R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a título de adiantamento de contribuição patronal, a ser contabilizado pela CE-Prevcom de acordo com as normas aplicáveis às EFPC.

Destaca-se que os recursos advindos do adiantamento de contribuição patronal, conforme planejamento inicial, serão utilizados de forma gradual nos próximos anos, com futura compensação para o Estado, a partir do atingimento do equilíbrio operacional entre as receitas e as despesas administrativas da Fundação ou do 15º ano de funcionamento, o que ocorrer primeiro.

Desse modo, os aportes do Estado, assim como as receitas administrativas definidas no Plano de Custeio da Fundação, deverão ser investidos em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes definidas nesta Política de Investimentos.

IV. GOVERNANÇA

A CE-Prevcom fundamenta sua gestão em princípios de governança corporativa, pautados em transparência, equidade, prestação de contas, segregação das atividades e responsabilidade corporativa, observado o porte de suas atividades. Referidos princípios visam assegurar o atingimento de sua missão institucional, os direitos dos participantes, a adequada gestão do patrimônio previdenciário e a conformidade à legislação previdenciária

estadual e nacional, observados critérios estabelecidos pelo órgão de regulação e supervisão do regime de previdência complementar.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, a estrutura básica da CE-Prevcom é composta pelos seguintes órgãos estatutários:

- I. **Conselho Deliberativo:** órgão máximo da estrutura organizacional, responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;
- II. **Conselho Fiscal:** órgão de controle interno da entidade; e
- III. **Diretoria Executiva:** órgão responsável pela administração da entidade, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

Destaca-se que, para a formação do primeiro mandato dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, todos os membros foram nomeados dentre servidores de cargo efetivo dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

A CE-Prevcom, de forma adequada ao seu porte, à complexidade e aos riscos inerentes aos planos de benefícios que administrará, observará especialmente as orientações do Guia PREVIC de Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, publicado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

V. DESIGNAÇÃO DO AETQ E DO ARGR

De acordo com a legislação vigente, as EFPC devem designar os seguintes responsáveis pela gestão de recursos e pela gestão de riscos:

- **Administrador Tecnicamente Qualificado (AETQ):** principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos; e
- **Administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos (ARGR):** responsável por adotar regras, procedimentos e controles internos que possibilitem a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos envolvidos nas operações (riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros).

Considerando o porte da CE-Prevcom, em fase inicial de funcionamento e não classificada como EFPC Sistemicamente Importante (não-ESI), a Fundação designará o AETQ para acumular as funções de ARGR, em conformidade com o art. 25 da Instrução PREVIC Nº 06/2018.

Desse modo, para o exercício de 2021, fica designado para as funções de Administrador Tecnicamente Qualificado (AETQ) e Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR), o seguinte membro da Diretoria Executiva da CE-Prevcom, observada a deliberação ocorrida na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da CE-Prevcom:

- Nome: Wandermon Corrêa Silva
- CPF: 616.402.473-00
- Cargo: Diretor de Investimentos
- Certificação Profissional: ANBIMA Série 20 (CPA-20)

A presente designação fica condicionada à prévia habilitação do dirigente pela PREVIC, cujo processo se encontra em andamento (processo Nº 44011.006258/2020-18).

VI. DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES

A CE-Prevcom, na aplicação dos recursos garantidores do PGA deve:

- I. observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;
- II. exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;
- III. zelar por elevados padrões éticos;
- IV. adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios, considerando, inclusive, a política de investimentos ora estabelecida, observadas as modalidades, segmentos, limites e demais critérios e requisitos estabelecidos pela legislação vigente; e
- V. executar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços relacionados à gestão de ativos.

Além das diretrizes acima, deverão ser observadas especialmente as orientações do Guia PREVIC de Melhores Práticas em Investimentos.

VII. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 2020, a economia mundial foi fortemente afetada pelos efeitos decorrentes da pandemia do novo coronavírus, com diversos países decretando suspensão temporária de suas atividades econômicas e, conseqüentemente, reduzindo o produto interno bruto, o nível de emprego e a renda das famílias, dentre outras conseqüências econômicas e sociais.

A economia brasileira, ainda em processo de recuperação da crise ocorrida em 2015, sofre novamente com a redução da atividade econômica, com previsão de retração de 4,41% em 2020, conforme aponta o Relatório Focus do Banco Central do Brasil. Nesse ano,

os mercados financeiro e de capitais conviveram com forte volatilidade nos preços dos ativos, notadamente aqueles atrelados à bolsa de valores e ao dólar.

Cumpra ressaltar que, no cenário atual, mesmo com início de vacinação em alguns países, ainda persistem incertezas quanto à evolução do novo coronavírus, inclusive quanto à capacidade de produção e distribuição de vacinas à população, o que pode implicar volatilidade nos mercados.

No Brasil, para o ano de 2021, espera-se uma retomada gradual da atividade econômica, enquanto o mercado ainda aguarda por medidas que promovam o controle dos gastos públicos e o avanço de reformas estruturais, como a tributária e a administrativa.

Desse modo, esta política de investimentos adotará como cenário base as estimativas contidas no Focus - Relatório de Mercado de 11/12/2020¹ que apresenta as seguintes projeções:

Quadro 01 – Focus - Relatório de Mercado de 11/12/2020

Mediana - Agregado	2020				Resp. **	2021				Resp. **	2022				Resp. **	2023				Resp. **
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	
IPCA (%)	3,25	4,21	4,35	▲ (18)	125	3,22	3,34	3,34	▲ (1)	125	3,50	3,50	3,50	▲ (72)	108	3,25	3,25	3,25	▲ (22)	96
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,39	4,25	4,37	▲ (10)	38	3,38	3,33	3,34	▲ (1)	38	3,50	3,50	3,50	▲ (6)	36	3,25	3,25	3,25	▲ (15)	31
PIB (% de crescimento)	-4,66	-4,40	-4,41	▼ (1)	78	3,31	3,50	3,50	▲ (1)	78	2,50	2,50	2,50	▲ (138)	59	2,50	2,50	2,50	▲ (93)	55
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,41	5,22	5,20	▼ (5)	110	5,20	5,10	5,03	▼ (2)	108	5,00	5,00	4,95	▼ (1)	84	4,88	4,94	4,90	▼ (2)	76
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	2,00	2,00	-			2,75	3,00	3,00	▲ (3)	114	4,50	4,50	4,50	▲ (16)	99	6,00	6,00	6,00	▲ (7)	84
IGP-M (%)	21,21	24,09	24,10	▲ (22)	76	4,34	4,73	4,75	▲ (1)	71	4,00	4,00	4,00	▲ (21)	54	3,69	3,59	3,59	▲ (1)	46
Preços Administrados (%)	0,80	2,33	2,37	▲ (3)	32	4,04	4,27	4,24	▼ (2)	32	3,50	3,73	3,71	▼ (2)	31	3,50	3,50	3,50	▲ (50)	21
Produção Industrial (% de crescimento)	-5,34	-5,00	-5,00	▲ (1)	14	3,72	5,00	5,00	▲ (2)	13	2,46	2,48	2,48	▲ (1)	12	3,00	3,00	2,87	▼ (1)	8
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-3,60	-4,22	-4,45	▼ (2)	23	-17,75	-16,00	-17,00	▼ (1)	23	-26,00	-26,00	-27,44	▼ (2)	15	-32,10	-32,10	-32,19	▼ (2)	13
Balança Comercial (US\$ bilhões)	57,73	58,00	57,63	▼ (1)	23	55,10	56,50	56,50	▲ (2)	23	49,00	50,00	49,45	▼ (1)	14	41,25	43,70	40,60	▼ (2)	10
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	50,00	43,15	41,30	▼ (2)	23	60,00	60,00	60,00	▲ (4)	23	70,00	70,00	70,00	▲ (5)	16	75,00	75,00	75,00	▲ (1)	14
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	67,00	66,10	65,70	▼ (3)	25	69,60	68,10	67,01	▼ (5)	25	71,20	70,40	69,30	▼ (5)	21	73,50	72,40	71,40	▼ (2)	17
Resultado Primário (% do PIB)	-12,00	-11,50	-11,50	▲ (2)	27	-3,00	-2,90	-2,90	▲ (2)	27	-2,01	-2,20	-2,20	▲ (1)	23	-1,50	-1,47	-1,47	▲ (1)	18
Resultado Nominal (% do PIB)	-15,56	-15,31	-15,20	▲ (1)	25	-6,60	-7,00	-7,00	▲ (1)	25	-6,00	-6,20	-6,20	▲ (1)	21	-6,20	-6,20	-6,40	▼ (1)	17

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

Fonte: Banco Central do Brasil.

Diante do atual cenário macroeconômico, as EFPC, adotando uma postura prudencial, devem buscar diversificação dos seus investimentos, visando o atingimento de suas metas de rentabilidade, alocando recursos em ativos que apresentem retornos compatíveis com os riscos assumidos.

VIII. TÓPICOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Os tópicos a seguir apresentam as informações mínimas exigidas pela Instrução PREVIC N° 06, de 14 de novembro de 2018:

¹ Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>, acesso em 17/12/2020.

VIII.1 Alocação de Recursos e Limites por Segmento

Trata-se neste tópico da previsão de alocação de recursos e dos limites por segmento de aplicação.

A alocação dos recursos garantidores do PGA visa garantir a otimização da rentabilidade, sob condições segurança, solvência, liquidez e transparência.

Os limites de alocação apresentados nesta Política de Investimentos foram definidos sob o prisma de prudência e conservadorismo, sugeridos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo da CE-Prevcom, fundação em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação.

Cabe salientar que o ano de 2021 é entendido como sendo destinado à estruturação da CE-Prevcom e à construção da cultura e imagem da Fundação. Assim, os investimentos dos recursos do PGA serão direcionados integralmente para o segmento de renda fixa, a fim de evitar maior volatilidade associada a outros segmentos.

Desse modo, a estratégia de alocação dos recursos garantidores do PGA para os próximos cinco anos, a ser revisada anualmente, deve se restringir, inicialmente, aos seguintes limites de alocação por segmento, nos termos da Resolução CMN nº 4.661/2018:

TABELA I
Limites de Alocação por Segmento de Aplicação

Artigo	SEGMENTO	LIMITE LEGAL Resolução CMN Nº 4.661/2018	POLÍTICA DE INVESTIMENTO		
			LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALOCÇÃO OBJETIVO
21	Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Os limites inferior e superior têm por objetivo flexibilizar a gestão dos investimentos, permitindo a realização de operações táticas que busquem proteger a carteira ou aproveitar oportunidades de mercado.

A alocação objetivo tem a função de nortear os investimentos no longo prazo e não configura uma obrigação para o plano, podendo ser revista a qualquer momento, observadas condições de mercado.

Considerando o atual momento de início de funcionamento da CE-Prevcom, com quadro de pessoal enxuto e ainda em processo de contratação de prestadores de serviços, os investimentos do PGA serão realizados prioritariamente por meio de fundos de investimento não exclusivos (gestão terceirizada), com o objetivo de otimizar a operacionalização dos investimentos.

Desse modo, observados os limites de alocação e a previsão de alocação por segmento, os recursos do PGA serão alocados nas seguintes modalidades de investimento, nesse momento inicial:

TABELA II
Limites de Alocação por Modalidade de Investimento

Artigo	Inciso	Alínea	Modalidade de Investimento	Limite Máximo	
				Resolução CMN Nº 4.661/2018	Política de Investimentos
21	RENDA FIXA			100%	100%
	I	a	Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%
		b	Fundos de Índice de Renda Fixa (ETF) composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%
	II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%	60%
		b	Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		60%
		c	Fundos de Índice de Renda Fixa (ETF)		60%
	III	a	Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	20%
		b	Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		20%
		c	Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil		20%
		d	Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011		20%
		e	Fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)		20%
		f	Cédulas de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA)		20%
22	RENDA VARIÁVEL			70%	0%
	I	-	Segmento Especial de Listagem: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto admitidas à negociação em segmento especial que assegure práticas diferenciadas de governança.	70%	0%
		-	Segmento não Especial: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto		
	III	-	Brazilian Depositary Receipts – BDR classificados como nível II e III.	10%	0%
	IV	-	Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.	3%	0%
23	ESTRUTURADO			20%	0%
	I	a	Fundos de investimento em participações (FIP)	15%	0%
		b	Fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e Fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM)		

Artigo	Inciso	Alínea	Modalidade de Investimento	Limite Máximo	
				Resolução CMN Nº 4.661/2018	Política de Investimentos
		c	Fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso"	15%	0%
	II	-	Certificados de Operações Estruturadas (COE)	10%	0%
	IMOBILIÁRIO			20%	0%
24	I	-	Fundos de investimento imobiliário (FII) e Fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII)	20%	0%
	II	-	Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)		0%
	III	-	Cédulas de crédito imobiliário (CCI).		0%
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			15%	0%
25	I	-	Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos	15%	0%
	II	-	Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos		0%
	EXTERIOR			10%	0%
26	I	-	FI e FICFI classificados como "Renda Fixa – Dívida Externa"	10%	0%
	II	-	Fundos de índice do exterior (ETF) negociado em bolsa de valores do Brasil		0%
	III	-	FI e FICFI com o sufixo "Investimento no Exterior" – 67%		0%
	IV	-	FI e FICFI com o sufixo "Investimento no Exterior"		0%
	V	-	Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível I e fundos da classe "Ações – BDR Nível I" (FIA - BDR nível I)		0%
	VI	-	Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos incisos anteriores.		0%

Fonte: Elaboração própria.

Ainda nos termos da Resolução CMN nº 4.661/2018, serão observados os seguintes limites de alocação por emissor e limites de concentração por emissor:

TABELA III
Limites Alocação por Emissor
(percentuais em relação aos investimentos totais do plano)

Artigo	Inciso	SEGMENTO	LIMITE LEGAL Resolução CMN Nº 4.661/2018	POLÍTICA DE INVESTIMENTO
27	I	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo BACEN	20%	20%
	III	Demais emissores	10%	10%

Fonte: Elaboração própria.

TABELA IV
Limites Concentração por Emissor
(percentuais em relação ao capital/patrimônio do emissor)

Artigo	Inciso	Alínea	SEGMENTO	LIMITE LEGAL Resolução CMN Nº 4.661/2018	POLÍTICA DE INVESTIMENTO
28	I	-	Capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%
	II	a	Instituição financeira bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN	25%	25%
		b	FIDC e FIC-FIDC	25%	25%
		c	ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	FI ou FIC-FI classificado no segmento estruturado	25%	25%
		e	FII e FIC-FII	25%	25%
		f	FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26	25%	25%
		g	Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV	25%	25%
	III	-	Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%
	IV	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
-	§1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%	

Fonte: Elaboração própria.

Esta proposta de alocação de ativos poderá ser revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas consideradas, mediante deliberação do Conselho Deliberativo da CE-Prevcom.

VIII.2 Meta de rentabilidade por plano e segmento de aplicação

Quanto à rentabilidade por plano e segmento de aplicação, para os próximos cinco anos, a meta de rentabilidade do PGA, a ser revisada anualmente, será constituída pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observado o disposto no art. 21-A da Lei Complementar nº 185/2018.

Visando o atingimento da meta de rentabilidade do PGA, serão observados os seguintes índices de referência, ou *benchmarks*, para cada um dos segmentos de aplicação, conforme especificado a seguir:

TABELA V
Meta de Rentabilidade e Índice de Referência por Segmento de Aplicação

Artigo	SEGMENTO	Meta de Rentabilidade	Índice de Referência (Benchmark)
21	Renda Fixa	IPCA	IPCA

Fonte: Elaboração própria.

Entende-se como índice de referência, ou *benchmark*, para determinado segmento de aplicação, o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Fica ressaltado, contudo, que a CE-Prevcom poderá realizar investimentos táticos, a fim de aproveitar momentos de mercado, que poderão auferir rendimentos superiores ao IPCA. Nesse caso, será admitida a exposição a risco compatível com esse objetivo.

VIII.3 Rentabilidade Auferida por Plano e Segmento

Trata-se, neste tópico, sobre a rentabilidade auferida por plano e segmento de aplicação nos 5 (cinco) exercícios anteriores a que a política de investimento se refere, de forma acumulada e por exercício.

Nesse sentido, tendo em vista que a CE-Prevcom está em fase inicial de funcionamento, o PGA não possui histórico de rentabilidade.

VIII.4 Taxa mínima atuarial ou índices de referência

Trata-se, neste tópico, sobre taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Nesse enfoque, para o total de ativos do PGA, a rentabilidade a ser perseguida será equivalente ao IPCA. Na gestão da carteira será observada a aderência ao índice de referência, sempre analisando o cenário e aproveitando oportunidades de mercado, ressalvada a admissibilidade de assunção de risco compatível com o atingimento de rendimentos superiores ao IPCA.

VIII.5 Objetivos para Utilização de Derivativos

No que diz respeito aos objetivos para a utilização de derivativos, a CE-Prevcom, em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação, através de fundos de

investimentos não exclusivos, poderá fazer uso de derivativos, conforme objetivos descritos no regulamento do fundo investido.

Caberá ao gestor do fundo, discricionariamente, analisar a conveniência e oportunidade para realização de operações com derivativos, sempre respeitando os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.661/2018.

VIII.6 Princípios de Responsabilidade Ambiental, Social e de Governança

Trata-se, neste tópico, sobre as diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, preferencialmente, de forma diferenciada por setores da atividade econômica.

Nesse sentido, a CE-Prevcom, em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação, na medida do crescimento de sua capacidade operacional e aumento da complexidade de seus investimentos, observará, quando aplicável e possível, os princípios aqui tratados.

VIII.7 Apreçamento dos Ativos Financeiros

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos a apreçamento dos ativos financeiros, com metodologia ou as fontes de referência adotadas.

A precificação dos ativos que compõem a carteira do PGA será realizada pelo administrador ou custodiante do fundo de investimento onde serão alocados os recursos, com base no seu Manual de Precificação de Ativos.

VIII.8 Avaliação dos Riscos de Investimento

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos à avaliação dos riscos de investimento, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes às operações.

A seguir, os principais tipos de riscos aos quais os investimentos das EFPC estão expostos e suas definições resumidas:

- a. Risco de Crédito:** possibilidade de o emissor do ativo não honrar o pagamento de suas obrigações contratuais;
- b. Risco de Mercado:** possibilidade de oscilações adversas no valor do ativo;
- c. Risco de Liquidez:** possibilidade de descasamento entre a necessidade de utilização do recurso e a disponibilidade do ativo em momento propício;
- d. Risco Operacional:** possibilidade de perda resultante da operação da EFPC, decorrente de falhas motivadas por pessoas, processos e uso de tecnologia;

- e. **Risco Legal:** possibilidade de execução de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico; e
- f. **Risco Sistêmico:** possibilidade de eventos adversos que afetem a economia de modo geral.

Considerando o atual momento de início de funcionamento da CE-Prevcom, com quadro de pessoal enxuto e ainda em processo de contratação de prestadores de serviços, os investimentos do PGA serão realizados prioritariamente por meio de fundos de investimento não exclusivos (gestão terceirizada), com o objetivo de otimizar a operacionalização dos investimentos.

Desse modo, a gestão de riscos será primordialmente realizada pelos administradores e gestores dos fundos de investimento onde os recursos do PGA serão aplicados, cabendo à CE-Prevcom analisar a descrição dos instrumentos utilizados para referida gestão, monitorando o risco e o retorno esperado dos investimentos administrados por terceiros.

Ainda nesse sentido, a CE-Prevcom, contribuindo com o objetivo de mitigar os riscos de crédito, mercado e liquidez, aplicará os recursos do PGA prioritariamente em fundos de investimento de renda fixa cujas carteiras sejam compostas exclusivamente por títulos públicos.

VIII.9 Seleção, Acompanhamento e Avaliação de Prestadores de Serviços

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos à seleção, acompanhamento e avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento.

A CE-Prevcom, como dito, está em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação, devendo realizar os investimentos do PGA prioritariamente por meio de fundos de investimento não exclusivos (gestão terceirizada). Além disso, para os fins do recebimento do repasse do adiantamento de contribuição patronal, devem estar observados também os ritos adotados pelo órgão estadual fazendário para efetivação do referido repasse.

Observado o porte inicial da Fundação, a seleção de fundos de investimento tomará por base o regulamento e demais documentos disponibilizados pelo gestor do fundo de investimento que permitam verificar, dentre outros, o objetivo de retorno do fundo, o histórico de performance e a segregação das funções de gestão, administração e custódia, a fim de mitigar situações de conflito de interesse.

O monitoramento dos fundos de investimento será realizado por meio de métricas de risco e retorno, análise de relatórios divulgados pelos fundos e análise da aderência dos fundos à esta política de investimento. Os procedimentos e metodologias a serem utilizados serão aprimorados à medida em que área de investimentos da CE-Prevcom seja estruturada.

VIII.10 Observância da Resolução CMN nº 4.661, de 2018

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos à observância dos limites e requisitos da Resolução nº 4.661, de 2018, do Conselho Monetário Nacional.

A CE-Prevcom, em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação, acompanhará o enquadramento da carteira do PGA, observando os limites definidos na Resolução CMN nº 4.661, de 2018, a partir de informações a serem fornecidas pelas instituições financeiras que receberem aplicação de recursos do PGA e pelo custodiante a ser contratado.

VIII.11 Operações em Ativos Financeiros Ligados a Patrocinador

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos a operações realizadas em ativos financeiros ligados a patrocinador e a fornecedores, clientes e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora.

Nesse enfoque, a CE-Prevcom, em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação, não realizará operações em ativos financeiros ligados aos patrocinadores, fornecedores e clientes, devendo realizar os investimentos do PGA prioritariamente por meio de fundos de investimento não exclusivos (gestão terceirizada).

VIII.12 Investimentos em Carteira Própria

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos à avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e do retorno esperado dos investimentos em carteira própria.

A CE-Prevcom, em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação, aplicará os recursos garantidores do PGA prioritariamente por meio de fundos de investimento não exclusivos (gestão terceirizada).

Os investimentos em carteira própria poderão ser avaliados ao longo do ano, a depender do crescimento da capacidade operacional da Fundação.

VIII.13 Separação de Responsabilidades

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos à separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

A CE-Prevcom, em fase inicial de funcionamento e em processo de estruturação, contará com quadro de pessoal enxuto e compatível com o porte da Fundação.

Por se tratar de uma fundação não classificada como EFPC Sistemicamente Importante (não-ESI), o diretor designado como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) acumulará as funções de Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR), em conformidade com a Instrução PREVIC Nº 06/2018.

A CE-Prevcom contará com Comitê de Investimentos, de caráter consultivo, com competência para opinar e apresentar sugestões sobre as propostas de investimentos a serem realizados pela entidade e seus respectivos riscos, vinculado à Diretoria Executiva. O Comitê de Investimentos deverá ser formado ao longo do ano.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001 e com o Estatuto da CE-Prevcom, os investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores deverão ser autorizados pelo Conselho Deliberativo, órgão máximo da CE-Prevcom. Investimentos inferiores a 5% dos recursos garantidores serão autorizados em conjunto pelo Diretor de Investimentos e pelo Diretor Presidente da Fundação.

Reforçando as boas práticas de Governança em Investimentos, a CE-Prevcom elaborará uma Política de Alçadas de Investimentos, a ser aprovada pelo Conselho Deliberativo, onde estabelecerá responsabilidades e definirá os limites de alçadas para aprovação pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva de decisões que envolvam os investimentos dos recursos administrados pela Entidade, sempre referendada pela Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

VIII.14 Mitigação de Potenciais Conflitos de Interesse

Trata-se, neste tópico, sobre os procedimentos e critérios relativos à mitigação de potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório.

O critério para definição de conflito de interesses adotado pela EFPC na gestão dos investimentos está descrito no art. 12, parágrafo único, da Res. CMN nº 4.661/2018:

“O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.”

Os procedimentos e critérios relativos à mitigação de potenciais conflitos de interesse serão aprimorados ao longo do ano à medida em que a CE-Prevcom for estruturada, observando o disposto na Res. CMN nº 4.661/2018.

VIII.15 Ética

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CE-Prevcom, sendo vedada a utilização de informações e

práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O Código de Ética direcionado a todos os empregados, diretores e conselheiros da CE-Prevcom está em elaboração e será submetido à aprovação pelo Conselho Deliberativo e estará disponível para todos os participantes e empregados, preferencialmente, em meio digital ou por meio de página eletrônica.

O Código de Ética atenderá determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, e terá como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CE-Prevcom com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de Entidade.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CE-Prevcom é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC) multipatrocinada, destinada a gerir planos de benefícios complementares patrocinados pelos entes públicos do Estado do Ceará, abrangendo além do próprio Estado, seus municípios e empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais e municipais, por meio de outros planos que poderão ser criados.

Importante asseverar que a solvência econômica e financeira da operacionalização do PGA pela CE-Prevcom, fundamenta-se no adiantamento das contribuições patronais indicadas e nos retornos de investimentos desses recursos.

O estágio inicial de funcionamento da CE-Prevcom é o de estruturação da equipe da Fundação e de aprovação do plano de benefícios dos servidores estaduais, para início de funcionamento ao longo do ano de 2021.

Observadas as competências estatutárias definidas na legislação de previdência complementar, a presente Política de Investimentos deverá ser submetida à aprovação pelo Conselho Deliberativo da CE-Prevcom, antes do seu início de vigência.

Aprovada pelo Conselho Deliberativo na 3ª Reunião Ordinária, em 29/12/2020.